



**CNS**

Conselho Nacional de Saúde

Publicação do Conselho Nacional de Saúde • ano 5 • dezembro de 2009 • ISSN 1809-3493

## Conselho Nacional de Saúde realiza sua segunda eleição da história



Após um processo transparente e democrático, o Conselho Nacional de Saúde elegeu e empossou seus 48 conselheiros para o triênio 2009/2012.

No dia da eleição, 25 de novembro, o presidente do CNS, Francisco Júnior, afirmou que o processo eleitoral havia superado suas expectativas nos aspectos “qualitativos, administrativos e democráticos”. Ele ressaltou a realização do primeiro processo eleitoral do CNS sem vagas cativas para nenhuma categoria.

Os segmentos dos trabalhadores em saúde e dos prestadores de serviço foram eleitos por aclamação e, seguindo o regimento eleitoral, os usuários,

que não chegaram a um consenso, escolheram seus 24 representantes pelo processo de votação em cédula.

Além das 24 vagas para usuários, 12 vagas para profissionais, incluindo a comunidade científica, 2 para prestadores de serviços e 2 para as entidades empresariais, o CNS conta com 8 integrantes representantes dos gestores.

Após a publicação, no Diário Oficial da União, da Portaria nº 3.047, que designa os membros titulares, primeiros e segundos suplentes do Conselho Nacional de Saúde (CNS) para o triênio 2009/2012, foi realizada a posse, no dia 10 de dezembro.

**Caravana em Defesa do SUS encerra jornada em Brasília**

Página 4

**Seminário Nacional Preparatório para I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social é realizado em Brasília**

Página 7

# Editorial

Toda e qualquer avaliação que façamos neste período, que aponta para o final do ano de 2009, nos permite concluir que o Controle Social do SUS, à frente o Conselho Nacional de Saúde, construiu, com certeza absoluta, de maneira coletiva e solidária, um dos mais ricos anos da sua trajetória histórica.

Na esteira da proposta apresentada pelo governo na Câmara Federal e que pretendia aprovar a criação das fundações estatutais de direito privado, inclusive na área de saúde, tivemos a oportunidade de definitivamente chamar a atenção para a necessidade premente de debatermos a Gestão do SUS em uma ótica identificada realmente com os princípios da Reforma Sanitária.

Ao mesmo tempo, nos lançamos, juntamente com o Ministério da Saúde, Conass, Conasems e Frente Parlamentar da Saúde, em uma campanha unificada em defesa da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que trata do financiamento do SUS. Esse foi um movimento que, temos que reconhecer, encontrou em governantes que já não a cumprem no seu atual e insuficiente formato, e em atores do parlamento umbilicalmente identificados com o setor privado da saúde no Brasil, forte e pelo menos até agora, vitoriosa resistência.

No entendimento de que a definição de um financiamento adequado às necessidades do SUS e a solução para as mazelas da sua gestão têm relação direta com os seus demais eixos estruturantes, e que a viabilização das mudanças necessárias passa obrigatoriamente pelo processo de educação e mobilização da sociedade, o Conselho Nacional de Saúde realizou a primeira e vitoriosa Caravana em Defesa do SUS.

Durante oito meses viajamos por 24 estados da Federação, ouvindo, dialogando e debatendo com os mais variados interlocutores que têm relação direta e responsabilidade com os destinos, desafios, construção e consolidação do SUS. O produto da Caravana, traduzido nas sete propostas consensuadas com o Ministério da Saúde, Conass e Conasems, e entregue ao presidente da República em exercício, José Alencar, é não somente a nossa contribuição no debate, mas a esperança de que o SUS possa ser definitivamente consolidado a partir de políticas e ações democráticas e sintonizadas com os seus princípios.

Por fim, a superação de um desafio que ainda continuava sendo considerado por alguns como intransponível, a realização do segundo processo eleitoral nacional do Conselho, e o primeiro a ser viabilizado exclusivamente de acordo com as regras políticas e legais historicamente defendidas pelo movimento social. Sem as tão decadentes “vagas cativas” e com regras transparentes e democráticas válidas para todos os legítimos pleiteantes, o Conselho Nacional de Saúde deu mais uma prova de maturidade política e um passo fundamental na inextinguível construção da democracia participativa em sua essência.

Temos sim orgulho de sermos referência e de termos definitivamente o respeito de todo o País. Ao mesmo tempo também, temos plena consciência do crescimento das nossas responsabilidades e da necessidade e, mais que isso, a obrigação mesmo, de continuar cada vez mais, aperfeiçoando e aprofundando o processo de transparência, legitimação, representação e exercício pleno da democracia participativa.

## 1ª CNSA define diretrizes e assume compromissos de saneamento e qualidade do ar



1ª CNSA reuniu 1.500 pessoas

A 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental (1ª CNSA) reuniu, durante quatro dias em Brasília, quase 1.500 pessoas ligadas ao tema, entre delegados, convidados e observadores internacionais. Em 12 grupos temáticos, eles debateram as prioridades e definiram as diretrizes e ações estratégicas. Além disso, o Governo Federal assumiu compromissos para as áreas de saneamento básico e qualidade do ar.

Ao todo foram escolhidas 24 diretrizes e 48 ações que visam construir a Política Nacional de Saúde Ambiental e ajudar na elabo-

ração de outras políticas públicas. O principal objetivo da Conferência foi atingido: promover o debate sobre as relações entre produção e consumo, o impacto na saúde e no ambiente, e a estruturação de territórios sustentáveis nas cidades, no campo e nas florestas.

O evento nacional teve como lema “Saúde e Ambiente: vamos cuidar da gente!” e como temas prioritários os seguintes assuntos: Processos Produtivos e Consumo Sustentável; Infraestrutura; Articulação Interministerial, Ações Integradas e Controle Social; Territórios Sustentáveis, Planejamento e Gestão Integrada; Educação, Informação, Comunicação e Produção de Conhecimento; Marco Regulatório e Fiscalização.

“Estamos tendo aqui uma oportunidade ímpar de mudar a história da saúde do trabalhador e de melhorar nosso ambiente. Esse encontro é um marco em defesa da saúde”, afirmou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, durante a abertura do evento. Em seguida,

ele lançou os planos “Compromisso pelo Meio Ambiente, Saúde e Saneamento Básico” e “Compromisso pela Qualidade do Ar e Saúde Ambiental”. O primeiro prevê que, até 2020, o Brasil aumente em 80% o volume dos esgotos tratados no País e amplie em 45% o acesso da população à coleta de esgoto. O segundo plano será uma espécie de fórum de reflexões sobre o assunto e servirá de base para a construção do Plano Nacional de Qualidade do Ar (PNQA), que pretende reduzir gases de efeito estufa e as concentrações de contaminantes na atmosfera, balanceando metas de qualidade do ar e desenvolvimento econômico.

O evento foi organizado pelos Ministérios da Saúde, Cidades e Meio Ambiente e seus respectivos Conselhos, atendendo às deliberações das Conferências Nacionais de Saúde (13ª), Cidades (3ª) e de Meio Ambiente (3ª). Foram realizadas 285 conferências municipais, 151 regionais ou microrregionais, 26 estaduais e 1 distrital com a participação de mais de 60 mil pessoas.

# Conselheiros do CNS tomam posse

Com a presença de diversas autoridades representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na solenidade realizada no dia 10 de dezembro, no Palácio do Buri, sede provisória da Presidência da República, em Brasília, a ministra de Estado da Saúde interina, Márcia Bassit, afirmou que a solenidade de posse do CNS é uma oportunidade para reafirmar a importância do Conselho Nacional de Saúde “como entidade da nossa sociedade civil organizada por Controle Social. E

quando falamos em Controle Social, podemos dizer, sem dúvida nenhuma, que o SUS criou condições políticas para isso”. Para a ministra, o Sistema Único de Saúde inovou em relação à ampliação do Controle Social. “A Lei nº 8.142 é um avanço que não tem precedentes na história social deste País, pois foi por meio dela que nós conseguimos organizar os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional”.

O secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério

da Saúde, Antônio Alves de Souza, falou da atuação dos conselheiros, “embora representemos segmentos diferentes, tudo o que fazemos tem que ser com a missão única de todos nós: o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e o fortalecimento do Controle Social nessa política pública”.

A lista completa dos novos membros do Conselho Nacional de Saúde está disponível em “<http://www.conselho.saude.gov.br>”.



O secretário-executivo adjunto do Ministério da Previdência-Social, Lúcio da Silva Santos; a deputada Cida Diogo; Márcia Bassit, ministra de Estado da Saúde interina; Francisco Batista Júnior, presidente do CNS; Antônio Alves de Souza, secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde; e o promotor Jairo Bisol.



Conselheiro Olímpio Távora assina o livro de posse



Após a posse, conselheiros elegem presidente

## Eleitos Presidente e Mesa Diretora do CNS

Em seguida à solenidade de posse, os novos membros do Conselho Nacional de Saúde elegeram o presidente e a Mesa Diretora, que vão conduzir o CNS até o final de 2010.

Em pleito disputado com a conselheira Jurema Pinto Werneck (Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras), Francisco Batista Júnior (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da Central Única dos Trabalhadores) foi reconduzido à Presidência do Conselho.

Durante a reunião também foi eleita, entre os conselheiros titulares, a Mesa Diretora do CNS, composta por: Antônio Alves de Souza (Ministério da Saúde); Beatriz Figueiredo Dobashi (Conass); Volmir Raimondi (União Brasileira de Cegos); Jurema Pinto Werneck (Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras); Clóvis Adalberto Bouffleur (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil); José Wilson de Souza Gonçalves (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura) e Ruth Ribeiro Bittencourt (Conselho Federal de Serviço Social).

Ao fazer um balanço da atuação do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Júnior ponderou: “os últimos anos têm sido de profundas transformações para o Conselho Nacional de Saúde e de profundas responsabilidades. Hoje nós percebemos um sentimento de sintonia muito forte dos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde com o Conselho Nacional. Percebemos um sentimento de identidade, proximidade e corresponsabilidade com os destinos do SUS e com os destinos deste País”.

# Caravana em Defesa do SUS encerra jornada em Brasília

O encerramento da Caravana em Defesa do SUS coroou a jornada de sucesso do projeto, com delegações dos 27 estados brasileiros. O evento reuniu, no dia 8 de dezembro, em Brasília, mais de mil conselheiros, gestores, políticos, sindicalistas e usuários do Sistema Único de Saúde, que debateram nos últimos nove meses o SUS como Patrimônio Social Cultural Imaterial da Humanidade, bem como Gestão do Trabalho, Modelo de Atenção, Financiamento, Controle Social, Intersetorialidade e Complexo Produtivo da Saúde no SUS.

Na solenidade de abertura foi feito um retrospecto das Caravanas Estaduais e apontados os novos desafios que o Controle Social terá no próximo ano, como a diminuição de cerca de R\$ 8 bilhões no orçamento da saúde. Segundo o deputado federal Darcísio Perondi (PMDB/RS), presidente da Frente Parlamentar da Saúde, todos estavam unidos em defesa do SUS, “mas a oposição é forte porque a área da saúde não é prioridade. O orçamento de 2010 será dramático. Mesmo sem implementar novas ações ou valorizar o capital humano, faltarão quase R\$ 8 bilhões para a saúde”, afirmou.

Para Antônio Alves de Souza, secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SGEP/MS), não basta ter mais dinheiro para aplicar em saúde. “O recurso financeiro é estratégico em uma gestão, mas precisa ter suas aplicações definidas para não alimentar caixas dois”, comentou.

O coordenador da Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde, Renato Barros, ressaltou, ainda na abertura do evento, a importância de contar com o apoio dos conselheiros na construção coletiva e

cotidiana da Reforma Sanitária, especialmente neste período de “acelerado processo de desmonte das ações e serviços do SUS”. Aparecida Linhares Pimenta, do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), lembrou o papel primordial das Caravanas na luta pela melhoria da saúde pública; de acordo com ela, os eventos estaduais conseguiram alterar a agenda política e colocar em pauta a defesa do SUS.

Francisco Batista Júnior, presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), disse que, embora alguns estados tenham mobilizado menos participantes, no âmbito geral, a iniciativa atingiu sua meta. “Nós conseguimos pautar o debate sobre os princípios estruturantes do SUS, discutir os avanços e os enormes desafios que nos aguardam em 2010”, contou.

## CNS entrega propostas da Caravana ao Ministério da Saúde e à Presidência da República.

Dando continuidade à programação da Caravana em Defesa do SUS, o presidente do CNS, Francisco Batista Júnior, entregou para a ministra interina da Saúde, Márcia Bassit, documento oficial da Caravana com as propostas do Conselho na defesa e consolidação do SUS.



No documento, que pode ser acessado no *site* do CNS, há um histórico da Caravana em Defesa do SUS e dos avanços e desafios do Sistema Único de Saúde ao longo desses 21 anos. “O SUS e seus princípios – Universalidade, Inte-

### Propostas do Conselho Nacional de Saúde

1. Regulamentação da Emenda Constitucional nº 29/2000
2. Criação da Carreira Única de Saúde
3. Serviço Civil em Saúde

4. Autonomia Administrativa e Financeira dos Serviços SUS
5. Profissionalização da Administração e Gestão do SUS
6. Flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal
7. Lei de Responsabilidade Sanitária

gralidade e Equidade – trouxeram ao povo brasileiro mais qualidade de vida. Porém, não podemos negar os desafios impostos a cada dia, como o subfinanciamento; a privati-



zação das ações, serviços e da gestão por meio da ingerência político-partidária, de grupos e corporações organizadas; a manutenção do modelo hospitalocêntrico e médico-dependente e a absoluta precarização nas relações e na remuneração do trabalho”, diz o documento.

Ao apontar as sete propostas, o documento diz, ainda, “esses desafios exigem daqueles que têm compromisso e responsabilidades com essa conquista histórica que é o SUS, medidas e ações imediatas que apontem para o resgate dos seus princípios e consequentes fortalecimento e consolidação”.

Ao receber o documento, Márcia Bassit destacou a rea-

lização da Caravana, “percorrendo todo o País e tomando conhecimento do que é o SUS”. De acordo com a ministra, o Ministério só poderia receber com alegria e estar de acordo com as propostas apresentadas pelo Conselho Nacional de Saúde. “O Ministério da Saúde é parceiro do Conselho. Como seríamos contra a questão do subfinanciamento, por exemplo. Estamos alinhados em defesa da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29”, ponderou.

Em seguida, um grupo de conselheiros, coordenadores de Plenária e representantes do Ministério da Saúde acompanhou o presidente do CNS e a ministra interina em um encontro com o presidente da República em exercício, José Alencar Gomes da Silva, para a entrega do documento oficial da Caravana em Defesa do SUS.

Ao receber as propostas na defesa e consolidação do SUS, José Alencar fez questão de ressaltar a atenção do presidente Lula às questões do Sistema para que ele se fortaleça. “Serei um aliado da causa do SUS, que é nobre. E o vice-presidente, quando pede, pede com empenho”, afirmou. José Alencar defendeu uma parceria entre seu gabinete e o CNS, instituição capaz de representar todos na defesa das propostas, segundo o presidente em exercício, “para juntos trabalhar no que foi apresentado”. Para José Alencar, administrar bem é levantar prioridades “e saúde pública e educação devem ser prioridades absolutas”.

O presidente do CNS, Francisco Batista Júnior, reafirmou a José Alencar a importância da Caravana em Defesa do SUS: “Há muita desinformação daquilo que o SUS realiza. É comum as pessoas não saberem, por exemplo, que vigilância sanitária é SUS e durante a Caravana pudemos expor isso”, disse.

Conheça o detalhamento das propostas no *site* “<http://www.conselho.saude.gov.br/webcaravana/index.html>”

## CNS defende autonomia da Administração Pública

Entre as propostas apresentadas pelo Conselho Nacional de Saúde para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) está a regulamentação do artigo 37, § 8º, que trata da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Tal proposta está contemplada no anteprojeto de lei orgânica da Administração Pública Federal e entes de colaboração, elaborado por uma comissão de juristas constituída pela Portaria nº 426, de 6 de dezembro de 2007, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O anteprojeto deverá substituir o Decreto-Lei nº 200, de 1967, que regula a atuação da Administração Pública direta e indireta. Ele estabelece princípios e ferramentas de planejamento, coordenação e controle para o bom funcionamento da Administração Pública e para permitir a descentralização e a participação da sociedade na gestão pública. O CNS vem acompanhando os debates do anteprojeto e já está atuando junto ao Ministério do Planejamento no sentido de garantir que as questões referentes aos princípios da área da saúde sejam garantidas no texto que será encaminhado ao Congresso Nacional. O Conselho Nacional de Saúde defende, por exemplo, mudanças no item de fundações estatais de direito privado, modelo de gestão contrário aos princípios do SUS.

Atualmente, o texto do anteprojeto está disponível para consulta pública no *site* do Ministério do Planejamento no *link* Lei Orgânica – “<http://www.planejamento.gov.br/>”

Os interessados podem enviar sugestões sobre a proposta da nova lei orgânica para a Administração Pública Federal. Para enviar comentários sobre a proposta, é necessário estar cadastrado no Portal da Gestão Pública.

A proposta também deverá ser debatida em audiências públicas e será ponto de pauta da Reunião Ordinária do CNS.

# CNS/Conep lança Plataforma Brasil



No dia 15 de dezembro ocorreu o lançamento oficial da Plataforma Brasil, sistema criado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CNS) para facilitar a análise das pesquisas com seres humanos no País. O evento ocorreu em Brasília e reuniu autoridades, políticos e integrantes dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs).

O sistema ficou pronto após dois anos de pesquisa e é uma iniciativa conjunta da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e de algumas áreas do Ministério da Saúde, como a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, o Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datusus), além da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O diferencial da Plataforma em relação ao Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos (Sisnep) – ferramenta anteriormente usada para cadastrar as pesquisas –, é a sua comunicação direta com a sociedade. O novo sistema fornecerá informações às instâncias que compõem o controle social para que acompanhem a execução das pesquisas e da “Agenda Nacional de Prioridades em Pesquisa em Saúde do Brasil”.

A partir de janeiro, o banco de dados formado com informações de pesquisadores, CEPs, Conep e o público em geral estará disponível para todos os interessados no endereço “<http://www.conselhoplataformabrasil.saude.gov.br/>”. Em seguida, serão adicionadas outras fontes, de forma que seja criada uma interação futura com agências regulatórias e de fo-

mento à pesquisa, instituições internacionais e editores científicos.

É importante ressaltar que cada CEP, participante do projeto piloto, deve designar duas pessoas para acompanhar o processo: um administrador e um membro/pesquisador. Mais informações, enviar mensagem para [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br).

## Pleno define novos membros da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

Seguindo os procedimentos de renovação da composição da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), o Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizou o processo eleitoral, no dia 15 de outubro, em sua 202ª Reunião Ordinária. Pelo processo e, de acordo com o que determinam as Resoluções CNS nº 196 e 421, a renovação da Conep ocorre a cada dois anos, sendo que o critério adotado é que parte dos membros é eleita entre os conselheiros nacionais, outros são sorteados e outra parte é escolhida por indicação.

Na oportunidade, a conselheira Gyselle Tannous, mantida pelo Pleno do CNS na coordenação, falou sobre o processo eleitoral, ressaltando a revisão do regimento da Comissão que permitiu o aumento do número de conselheiros, sendo estes indicados pelo Pleno e podendo ser revistos a qualquer tempo. “A Conep precisa da participação dos conselheiros em suas atividades. Foi muito acertada a decisão de aumentar o número de conselheiros membros, ampliando o seu vínculo com o Pleno”, ressaltou.

A partir de listas indicativas elaboradas pelas instituições que possuem CEP registrados na Conep, o

CNS escolheu quatro membros, sendo três titulares e um suplente e outros cinco foram definidos por sorteio. O Pleno do CNS também fez a indicação de conselheiros nacionais, dos quais dois representantes dos trabalhadores e quatro conselheiros do segmento dos usuários. Confira, abaixo, a lista completa dos membros da Conep.

### Membros da Conep

#### Titulares

Dalton Luiz de Paula Ramos

Claudio Forte Garcia Lourenzo

José Araujo Lima Filho

Gyselle Saddi Tannous

Valdenir Andrade França

Ruth Ribeiro Bittencourt

Dirceu Bartolomeu Greco

Marisa Palácios

Márcia Luz Motta

Valdete Marques Arnaut

Ana Maria Pellegrini

Olinto Antonio Pegoraro

Nereide de Andrade Virgínio

Simone Cecílio Hallak Regalo

Carlos Adriano Silva dos Santos

#### Suplentes

Lívia Maria Armentano

Maria Mercedes de Almeida

Eline Jones

Cleuza de Carvalho Miguel

Vera Engracia Gama de Oliveira

Denise Torreão Correa da Silva

Aníbal Gil Lopes

Sônia Maria de Oliveira Barros

Gabriela Marodin

Ana Luiza Sousa

José Carlos Tavares Carvalho

Luiz Gonzaga de Moura Júnior

Francisco Nailson dos Santos

Marília Teixeira Berno

Paulo Henrique Condeixa

## Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social: Seminário brasileiro reuniu centenas de pessoas em Brasília



O Seminário Nacional Preparatório para I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social debateu os temas principais do evento internacional com centenas de representantes das três áreas (assistência social, previdência social e saúde) que compõem o setor. O encontro ocorreu de 4 a 6 de dezembro, em Brasília.

A programação foi composta por painéis, grupos de trabalho e plenária final. No primeiro dia foi discutido o bloco temático “As razões e oportunidades para a construção dos Sistemas Universais em seus imperativos democráticos e éticos”. Já o segundo dia foi dedicado aos Blocos Temáticos II e III, respectivamente, “Os desafios para alcançar a

universalidade da Seguridade Social” e “Caminhos políticos para a construção dos Sistemas Universais: a definição da agenda política e as estratégias de mobilização”.

No último dia foram escolhidos os 76 delegados, sendo 38 da sociedade civil que representarão o País na Conferência e 38 dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Além disso, a sociedade civil e o governo elaboraram uma Carta Política para ser lida durante a Conferência Mundial. O documento apresenta como soluções para as crises social e econômica vigentes a construção de sistemas universais e integrais de proteção social que garantam a todos o acesso à saúde, à educação, ao transporte, ao trabalho e à remuneração dignos, assim como o direito à aposentadoria e segurança alimentar, e aos serviços e bens públicos essenciais, como água e saneamento básico.

A I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social acontecerá em Brasília, de 22 a 26 de março de 2010, e deve reunir cerca de mil pessoas de 80 países. Mais informações no endereço <http://www.conselho.saude.gov.br/confmundial.html>.



### Fórum Social Mundial 2010

O Fórum Social Mundial completará seus dez anos com eventos ao longo de todo o ano e em várias partes do mundo. No Brasil, o Fórum Social contará com diversas atividades na região da grande Porto Alegre, entre os dias 25 e 29 de janeiro, além do Seminário Internacional. Mais informações em “<http://www.forum-socialmundial.org.br>”.

# Saúde possui nova Carta dos Direitos dos Usuários

A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde foi aprovada pelo Pleno do Conselho Nacional de Saúde durante a 198ª Reunião Ordinária.

A Carta, que teve sua primeira edição publicada em 2006 e atualizada em 2009, é uma importante ferramenta para que o

cidadão conheça seus direitos e deveres no momento de procurar atendimento de saúde, tanto público como privado, de forma a assegurar o ingresso digno nos sistemas de saúde.

Veja, abaixo, os principais artigos da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde e confira a

Portaria nº 1.820, de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, na íntegra, em “<http://www.conselho.saude.gov.br/legislacao>”.

## Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde

Art. 2º Toda pessoa tem direito ao acesso a bens e serviços ordenados e organizados para garantia da promoção, prevenção, proteção, tratamento e recuperação da saúde.

Art. 3º Toda pessoa tem direito ao tratamento adequado e no tempo certo para resolver o seu problema de saúde.

Art. 4º Toda pessoa tem direito ao atendimento humanizado e

acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável e acessível a todos.

Art. 5º Toda pessoa deve ter seus valores, cultura e direitos respeitados na relação com os serviços de saúde.

Art. 6º Toda pessoa tem responsabilidade para que seu tratamento e recuperação sejam adequados e sem interrupção.

Art. 7º Toda pessoa tem direito à informação sobre os serviços de saúde e aos diversos mecanismos de participação.

Art. 8º Toda pessoa tem direito a participar dos conselhos e conferências de saúde e de exigir que os gestores cumpram os princípios anteriores.

## Conselho reforça posicionamento contrário às terceirizações

O processo de terceirização dos serviços de saúde em diversas localidades do País está sendo acompanhado constantemente pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), que tem pautado forte posicionamento contrário ao modelo de gestão adotado por governos locais.

Entre as medidas adotadas pelo CNS contra a adoção das fundações estatais de direito privado, organizações sociais (OSs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Ocips) está a aprovação de resoluções que propõem que os recursos repassados mensalmente pelo Ministério da Saúde passem a ser administrados pela União, deci-

são já tomada para os estados de Pernambuco, São Paulo e Distrito Federal. As propostas de Resolução aguardam homologação do ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Além da suspensão da autonomia dos recursos, o CNS também determinou pela formação de um grupo para avaliar a situação da saúde em Pernambuco e aprovou um Grupo de Trabalho das Oscips para fazer levantamento do quadro da terceirização em todos os estados brasileiros.

Para o CNS, o crescente processo de terceirização implantado por governos locais não tem respaldo legal na Constituição

Federal ou nas leis nº 8.080 e nº 8.142, por exemplo, para essa transferência. De acordo com a Lei nº 8.080/90, à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional; coordenar a rede estadual de laboratórios de saúde pública e hemocentros, e gerir as unidades que permaneçam em sua organização administrativa; entre outros.

O próximo estado a ser pautado pelo Conselho Nacional de Saúde em função do processo de terceirização da saúde será a Bahia.

Conselho Nacional de Saúde  
Presidente: Francisco Batista Júnior  
Secretaria-Executiva: Rozângela Fernandes Camapum

Equipe de Comunicação  
Eva Patrícia - Jornalista (3240 JP/DF)  
Raquel S. - Jornalista (4383/14/30 JP/DF)  
Renata Mendes - Jornalista (2782 JP/DF)  
Verbena Melo - Jornalista (3836 JP/DF)  
William de Lima Barreto - Técnico em Informática  
Jomilton Júnior - Técnico em Informática

Fotos:  
Carolina Venturilli  
Karina Zambrana  
Thais Gabriel  
Verbena Melo

Colaboradora:  
Alessandra Matias

Telefone: (61) 3315-2150  
Fax: (61) 3315-2414  
Correio Eletrônico: [cns@saude.gov.br](mailto:cns@saude.gov.br)  
Site: [www.conselho.saude.gov.br](http://www.conselho.saude.gov.br)

Projeto Gráfico: Marcus Monici  
Diagramação: Sérgio Ferreira

Revisão:  
Mara Soares Pamplona  
Khamila Silva

Tiragem: 30.000 exemplares  
Produzido pela EDITORA MS/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SA/SE. OS 0090/2010  
Produção: SE/CNS/GM/MS/2008  
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Edifício Anexo,  
Ala 1 - 1º Andar - Sala 103B  
CEP: 70058-900 - Brasília, DF